

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

Adriana Leite Limaverde Gomes e a educação escolar inclusiva no Ceará na década de 1990*Adriana Leite Limaverde Gomes and inclusive school education in the 1990's Ceará*Aurinete Alves NOGUEIRA¹Lia Machado Fiuza FIALHO²Fernanda Ielpo da CUNHA³

Resumo: Inserida no campo da História da Educação, a pesquisa trata da educação e profissionalização de uma mulher de destaque no segmento da educação inclusiva em Fortaleza. O objetivo foi biografar Adriana Leite Limaverde Gomes com ênfase nas suas contribuições para a consolidação da política de educação escolar inclusiva nas escolas públicas de Fortaleza na década de 1990. Com amparo teórico na história cultural, desenvolveu-se uma pesquisa do tipo biográfica. Utilizou-se a metodologia da história oral, a partir de entrevistas livres com a biografada, entrecruzadas com fontes documentais. Os resultados permitiram compreender que Adriana Limaverde cresceu inserida numa família de mulheres educadoras, que lhe incentivou a estudar e seguir tal profissão. Ela dedicou-se à inclusão e alfabetização das crianças com deficiência e contribuiu para o desenvolvimento da leitura e da escrita com a valorização das capacidades individuais e do contexto sócio-histórico.

Palavras-chave: Biografia. Educação inclusiva. Política educacional. Adriana Limaverde.

Abstract: Within the field of the History of Education, the research deals with the education and professionalization of a prominent woman in the field of inclusive education in Fortaleza. The aim was to biographize Adriana Leite Limaverde Gomes, with an emphasis on her contributions to the consolidation of inclusive school education policy in Fortaleza's public schools in the 1990s. With theoretical support from cultural history, a biographical study was carried out. The methodology used was oral history, based on free interviews with the biographer, interspersed with documentary sources. The results show that Adriana Limaverde grew up in a family of women educators, who encouraged her to study and follow this profession. She dedicated herself to the inclusion and literacy of children with disabilities and contributed to the development of reading and writing by valuing individual abilities and the socio-historical context.

Keywords: Biography. Inclusive education. Educational policy. Adriana Limaverde.

¹ Mestra em Educação pelo PPGE -UECE, integrante do grupo Práticas Educativas Memória e Oralidade – PEMO e do Grupo de Estudos em Práticas de Alfabetização – GEPA. Professora efetiva da rede municipal de Fortaleza. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1214994729048734>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0457-2674>.

E-mail: aurineteanogueira@gmail.com

² Doutora em Educação Brasileira pela UFC, Pós-doutorada em Educação pela UFPB. Professora doutora do Centro de Educação da UECE, Professora Permanente do PPGE/UECE e do Mestrado MPPP/UECE. Líder do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas Memórias e Oralidades - PEMO. Editora da revista Educação & Formação do PPGE/UECE. Pesquisadora produtividade CNPQ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4614894191113114>. ORCID: [0000-0003-0393-9892](https://orcid.org/0000-0003-0393-9892). E-mail: lia_fialho@yahoo.com.br

³ Mestra em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB (2020). Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2000). Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Membro do Grupo de estudos Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - (PEMO) - UECE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6809915242569664>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4429-5555>. E-mail: ferielpo@gmail.com

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

1 Introdução

A cada dia compreendemos mais a importância de uma educação inclusiva que promova o desenvolvimento cognitivo e emocional dos sujeitos mediante um ensino que possa derrubar as barreiras ainda existentes e mudar os paradigmas pré-estabelecidos baseados numa visão de educação homogênea que desvaloriza as particularidades e as individualidades de cada aluno (Orrú, 2017). A educação especial é tema recorrente seja na formação de professores ou nos debates nos bancos das universidades (Antônio; Mendes, 2024).

Por meio da biografia da professora Adriana Leite Limaverde Gomes e seu comprometimento com a inclusão escolar, intentamos relatar a sua trajetória profissional pioneira nos estudos sobre as várias deficiências e assim destacar a sua contribuição para a educação inclusiva no Ceará e, mais especificamente, na cidade de Fortaleza. Para tanto, fizemos uma leitura do seu contexto pessoal, histórico e social dentro das várias vertentes em que atua, seja como mulher, filha, mãe, avó ou como professora que tem um trabalho reconhecido na Universidade Federal do Ceará (UFC).

A utilização das Salas de Atendimento Especializado (AEE) nas escolas públicas de Fortaleza, denominadas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), são na contemporaneidade um espaço que conta com profissionais para atender os diversos alunos com deficiência nas escolas. O trabalho pioneiro da nossa biografada passa pela iniciativa da implantação dessas salas nas escolas públicas de Fortaleza. A esse respeito, ao relatar sua contribuição para a educação do Ceará, abordaremos como se deu essa implantação. Portanto, a pesquisa biográfica aqui delineada encontra a sua importância no marco que foi esse atendimento individualizado após a criação das salas do AEE.

Para alcançar a história de vida com tamanha relevância no que diz respeito a defesa da educação inclusiva objetivamos com a pesquisa: biografar a educadora Adriana Leite Limaverde Gomes com ênfase nas suas contribuições para a consolidação da política de educação escolar inclusiva nas escolas públicas de Fortaleza na década de 1990. Posicionado teoricamente na História Cultural por acreditar que uma história de vida precisa ser estudada respeitando as singularidades, afinal a vida cotidiana está inserida no mundo da cultura (Barros, 2005), o estudo utiliza como a metodologia da história oral (Burke, 2021), pois se debruça sobre

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

as narrativas da biografada coletadas por meio de entrevistas livres que foram gravadas e posteriormente transcritas e validadas.

Vale salientar que esse estudo foi desenvolvido a partir do grupo de pesquisa *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades*, que se dedica, há mais de uma década, a biografar mulheres educadoras, preservando a história e memória de outras educadoras cearenses que também colaboram com o cenário educativo local, tais como: Célia Goiana (Fialho; Carvalho, 2017); Henriqueta Galeno (Fialho; Sá, 2018); Neli Sobreira (Fialho; Queiroz, 2018); Célia Goiana (Fialho; Carvalho, 2018); Aída Balaio (Fialho; Lima; Queiroz, 2019); Zelma Madeira (Fialho; Hernández Díaz, 2020); Rosa Ribeiro (Fialho; Sousa; Hernández Díaz, 2020); Raquel Dias (Fialho; Santos; Freire, 2020); Maria Zuila Morais (Lopes; Sousa; Fialho, 2020); Josete Sales (Fialho; Sousa; Nascimento, 2020); Maria Helena da Silva (Fialho; Carvalho; Nascimento, 2021); Ana Carolina Costa Pereira (Oliveira; Sousa; Fialho, 2021); Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (Fialho et al., 2021); Hilda Agnes Hübner Flores (Fialho; Brandenburg; Hernández Díaz, 2021); Maria Margarete Sampaio de Carvalho Braga (Fialho; Costa, Leite, 2022), dentre tantas outras.

Pretendemos então com a pesquisa responder quais contributos a militância de Adriana Limaverde trouxe para a educação inclusiva escolar no Ceará. Consideramos como pressuposto que o seu interesse e olhar pioneiro para a causa da inclusão foi fator de considerável relevância para o contexto educacional pós 1960 nas escolas públicas de Fortaleza.

2 Metodologia

A pesquisa de cunho biográfico é de abordagem qualitativa pois, de acordo com Minayo, Deslandes e Gomes (2021, p. 14), a “realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva”. Trazemos à baila a professora Adriana Limaverde e a sua atuação social e cultural desde a infância até se tornar professora universitária. Para tal finalidade a abordagem metodológica escolhida, da história oral, pretende garantir que os aspectos subjetivos do sujeito histórico a que nos propomos estudar seja assim contemplado em toda a sua relevância (Fialho, et al., 2020).

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

Com amparo teórico na História Cultural (Burke, 2021), desenvolveu-se uma pesquisa do tipo biográfica fundamentada em Dosse (2025) e Barros (2013). A história oral possibilitou, a partir de entrevistas livres – gravadas, transcritas e validadas – com a biografada, entrecruzar a oralidade com fontes documentais – pessoais, imagéticas, legais e institucionais. Por meio dessas fontes traçamos o recorte histórico da biografada referente a sua atuação como educadora na década de 1990, para, assim, melhor compreender a história da educação escolar inclusiva no Ceará.

Foram realizadas quatro entrevistas, com duração média de uma hora, com a biografada, na Faculdade de Educação (Faced- UFC), no período da manhã, as quais delinearão a condução das discussões desta pesquisa. Considerando o que leciona Portelli (2016, p. 10), “a história oral, então, é primordialmente uma arte da escuta”, a entrevista livre possibilitou registrar, sem interferências, as narrativas da biografada sobre sua vida, atividade para a qual ela se mostrou feliz por participar e ter a possibilidade de sua história ser valorizada, relatando com desenvoltura suas experiências por vezes pioneiras nos estudos das crianças com deficiência.

Destacamos ainda a pertinência de biografar uma educadora mulher, gênero tantas vezes silenciado pela história, mesmo contribuindo significativamente na educação de crianças menores ao longo de várias gerações. Com efeito, a partir da terceira geração dos Annales, que se contrapunha a um modelo tradicional da história, e com o advento da microhistória, que valoriza também aspectos humanos e subjetividades, as mulheres passaram a ser reconhecidas como produtoras de história, inseridas em suas diferentes culturas e papéis dentro dos diversos movimentos sociais coletivos (Burke, 2010).

A escrita biográfica aqui proposta visa trazer, por meio da profissionalidade da professora Adriana Limaverde, uma educação que enxergava as crianças com deficiências como sujeitos de direitos e que precisavam ter oportunidades de aprendizado dentro das escolas. Afinal, a partir da história oral biográfica, há “[...]uma interação social complexa, um sistema de papéis de esperas, injunções, de normas e valores implícitos” (Ferrarotti, 2014, p.73), que podem ser analisados. Inclusive, de acordo com Fialho, Braga e Júnior (2015), a biografia de uma mulher educadora pode nos conduzir a outras educadoras cujas vivências nos ajudam a compreender a prática docente.

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

A seção a seguir vai tratar do percurso pessoal e profissional da biografada, bem como sua trajetória docente, marca na história da educação escolar inclusiva na rede municipal de Fortaleza.

3 Resultados e Discussões

3.1 Adriana Limaverde e o seu percurso pessoal e profissional

Por acreditarmos que a história familiar pode contribuir para a formação da personalidade dos indivíduos, buscamos nessa seção relatar a estrutura familiar da nossa biografada e tudo o que coadjuva para formar essa educadora e pesquisadora atuante nas áreas das linguagens e da educação inclusiva.

Sua avó nasceu no século XIX, no município do Ceará chamado Cariús, região do Cariri. Naquela época, as famílias eram comumente numerosas, e sua avó que teve 13 filhos. Infelizmente, seu marido logo faleceu e ela lutou para sustentá-los costurando e lecionando numa pequena escola em sua casa, fato comum naquela época, onde havia muitas escolas domiciliares

De acordo com Vicentini e Lugli (2009, p. 15):

[...] as escolas eram instaladas em locais improvisados, cedidos ou alugados pelos próprios docentes que se responsabilizavam, ainda, pela sua manutenção e limpeza e, por isso, devem ser entendidas como instituições intimamente articuladas ao professor, à sua autonomia, às suas possibilidades e decisões.

Ressaltamos que a força feminina dessa mulher que cuidou sozinha dos 13 filhos com seu ofício de costureira e professora representa tantas outras mulheres daquele período histórico, em geral, com famílias numerosas que precisavam driblar a falta de oferta de emprego e realizar ofícios voltados ao cuidado e se contentar com pequenas remunerações. Nesse contexto, a mãe da nossa biografada, foi a última filha da prole a nascer, se alfabetizou apenas vendo a sua mãe ensinando as outras crianças em sua “casa escola”.

Adriana Limaverde explica que sua mãe e duas tias seguiram a profissão docente visto que dos 13 filhos da sua avó, 3 foram mulheres e todas escolheram ser professoras. Helena, foi atuante na educação na cidade de Iguatu-CE, a Helenilce, recebeu uma homenagem por seu

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

trabalho na docência e tem uma escola com seu nome no Conjunto Palmeiras, que se localiza ao sul da cidade de Fortaleza-CE, chamada Escola Municipal Maria Helenilce Cavalcante Leite Martins. Suas duas tias por infelicidade faleceram muito cedo e Helenira Leite Limaverde, mãe da biografada, destacou-se por ter sido o primeiro lugar no vestibular para Pedagogia em sua turma e no concurso para professores da Prefeitura Municipal de Fortaleza, de onde atualmente está aposentada.

Ousamos refletir que a escolha dessas três mulheres pela docência pode não ter sido incentivada apenas pelo exemplo da mãe ou pela convivência na escola domiciliar onde cresceram, afinal as poucas oportunidades de escolha profissional para as mulheres no século XIX era um fato a se considerar.

Quando as mulheres da classe média que tinham instrução escolar buscavam trabalho, em geral, a oferta de emprego preponderante era a docência de crianças pequenas, e estas assumiram um papel maternal voltado ao cuidado dos alunos, ou mesmo no campo da saúde, como enfermeiras e cuidadoras, auxiliando os médicos, homens da elite. (Nogueira, 2023, p.12).

Havia profissões voltadas para os homens, a exemplo das ciências exatas, médicas e da terra, e outras ocupadas majoritariamente por mulheres, como a enfermagem e à docência infantil. O controle do sistema educacional em geral ficava a cargo dos homens e estes, inclusive, criavam currículos que direcionaram a formação feminina voltada ao cuidado, com disciplinas como: aulas de culinária, cuidados com a casa, bordados e pinturas, dentre outras. Afinal, às mulheres eram destinados os espaços domésticos e os afazeres de esposa, mãe e dona de casa como prioritários.

Helenira Leite Limaverde se casou com 18 anos, mas permaneceu muito ativa, gostava de ler e de participar de eventos culturais e se formou em Pedagogia apenas quando os filhos já eram adolescentes. Em 2021, já aposentada da Secretaria Municipal de Educação, estreou numa peça no Teatro Dragão do Mar junto com outros atores do Grupo de Teatro Mosaico, intitulada “Telha de Vidro”, que foi uma peça inspirada na poesia homônima de uma escritora cearense.

Narcélio Limaverde, pai de Adriana Limaverde foi um comunicador que trabalhou desde 1954 como radialista na Ceará Rádio Clube, trabalhando depois em várias outras rádios. Em 1970 passou a ser diretor do Sistema Verdes Mares de Comunicação, uma das maiores emissoras do Ceará e em 1986 foi eleito deputado estadual pelo Partido do Movimento

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

Democrático Brasileiro (PMDB). Trabalhou ainda por 28 anos na Teleceará, a empresa de telefonia do Ceará. Era membro honorário da Academia Cearense de Literatura e Jornalismo. Em 1985 concorreu a vice-prefeitura de Fortaleza sendo derrotado pela prefeita eleita Maria Luiza Fontenele (Fialho; Freire, 2018). Faleceu em 2022 aos 90 anos, vítima de complicações de uma pneumonia. Em virtude da sua morte recebeu inúmeras homenagens nos veículos de comunicação tais como, televisão, rádio e jornal, o qual faziam reconhecimento ao importante papel que exerceu como comunicador.

No seio de uma família letrada e de prestígio na cidade de Fortaleza, Adriana Limaverde e seus três irmãos tiveram formação educacional privilegiada em boas escolas e acesso a bens culturais diversos. Seu irmão mais velho é economista, a Flávia é formada em Administração e Direito e o mais novo Narcélio Filho é advogado. Todos tiveram acesso ao nível superior e puderam se formar na profissão desejada. Ressalta-se que eles viviam num lar com muita leitura, possuindo inclusive na casa duas bibliotecas, uma do pai e a outra da mãe, no qual recebiam constante incentivo aos estudos e leitura. Adriana Limaverde relembra: “Lá em casa costumávamos conversar sobre vários assuntos, a gente ouvia Música Popular Brasileira. Viajávamos de carro para vários estados do Brasil, como Salvador e outros mais” (Gomes, 2023).

Adriana Limaverde estudou no tradicional Colégio Imaculada Conceição, o mais prestigiado de Fortaleza para o público feminino, dos 5 aos 17 anos. Esse Colégio que foi fundado por freiras em 1865 com objetivo de cuidar das órfãs cujos pais foram vítimas das epidemias (Girão, 1959), mas logo reservou o espaço principal para atender as moças de elite da cidade (Fialho; Sousa, 2021). Até 1985, quando passou a ser mista, teve como estudantes muitas personalidades da Cidade como: Rachel de Queiroz, Henriqueta Galeno, Ângela Gutiérrez, Adísia Sá, e Antonieta Cals. Vale ressaltar que o referido colégio ainda existente, há quase 160 anos, todavia, não com o mesmo prestígio de outrora. Sobre o colégio Adriana Limaverde explica:

Era um ensino muito tradicional, mas um ensino muito forte e com ótima formação. [...] Tenho recordações da escola de períodos felizes, embora fosse uma aluna contestadora. Lembro que algumas vezes tive uns problemas lá por conta disso, mas nada que comprometesse a minha escolaridade ou ter perdido ano, isso não aconteceu. Tinha um lar de muita influência de leitura e o colégio mais tradicional, às vezes entrava um pouco em choque com esses tipos de orientações que a gente tinha. (Gomes, 2023).

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

A biografada explica que o ensino verticalizado e centrado nos professores, que exigia obediência e um comportamento recatado e discreto não era o mais compatível com a sua educação familiar. Desse modo, ela considera que foi uma aluna mediana, pois não se destacava para receber premiações, como era comum aos alunos com melhores notas, que iam para o auditório receber os boletins das mãos da Irmã Maria Montenegro, diretora da época (Carvalho; Fialho; Lima, 2021).

Ao longo da sua formação, Adriana Limaverde nunca teve o desejo de ser professora. Inicialmente fez três anos de enfermagem no ensino profissionalizante. Ao longo do seu segundo grau, hoje ensino médio, estava em vigor a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1971 que dispunha em seu artigo primeiro sobre o estágio e o ensino profissionalizante.

Art. 1º As pessoas jurídicas de Direito Privado, os Órgãos da Administração Pública e as Instituições de Ensino podem aceitar, como estagiários, aluno regularmente matriculados e que venham freqüentando, efetivamente, cursos vinculados à estrutura do ensino público e particular, nos níveis superior, profissionalizante de 2º Grau e Supletivo. (Brasil, 1977).

Terminado o segundo grau profissionalizante, tentou o curso de Comunicação Social na UFC, mas não passou no vestibular. Entrou na Universidade de Fortaleza (Unifor) aos 17 anos para cursar Administração onde estudou até o 5º semestre e desistiu por falta de identificação com o curso. Em 1981 foi aprovada no curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará (UECE), uma escolha que foi considerada aleatória de início, mas, segundo ela, bem realizada, pois a fez reconhecer que a docência seria sua profissão.

Quando cursava o 5º semestre de Pedagogia foi trabalhar como professora no regime celetista na Fundação Educacional de Fortaleza (FUNEFOR), na Escola Vicente Fialho onde permaneceu por 7 anos. Em sua entrevista não se deteve na explicação de como foi seu processo de admissão nessa escola, concentrou-se apenas em explicitar o desejo de experienciar a profissão, todavia, sabe-se que a indicação ao cargo era o método admissional mais empregado à época. Relata que se beneficiou com a ausência da lei do servidor público, pois não teve que prestar concurso para ingressar na profissão, e foi efetivada pela Secretaria Municipal de Educação, onde trabalhou de 1981 a 2010.

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

Nesse ínterim, casou-se com Luciano aos 23 anos e teve 3 filhas, Luciana, Isabele e Marcela que lhe deram três netas: Milena, Geovana e Marina. Ao contrair matrimônio tentou mudar o endereço de trabalho para a Escola Antônio Sales, por ser mais próxima da sua residência, mas foi hostilizada pela gestão da escola por ser filha do candidato a prefeito derrotado, o que a fez retornar por mais dois anos para a mesma escola.

Após esse tempo, finalmente conseguiu ir trabalhar no conjunto Alvorada, próximo a sua residência. Inicialmente teve novamente problemas na lotação uma vez que a escola foi fundada na gestão da então prefeita Maria Luiza, rival política de seu pai, e não queriam aceitá-la lá porque era filha do ex-candidato a prefeito de partido divergente. Felizmente, a diretora, ao saber da sua situação, disse fazer questão da sua presença como professora da escola. A respeito dessa experiência Adriana Limaverde relata:

A escola foi um divisor de águas na minha vida, lá eu conheci a Cecília, que era supervisora, que me propôs trabalhar sem usar os livros adotados e participar de um grupo de estudo, sem usar livros e nem família silábica. Foi uma escola que mudou muito a minha vida. Minha vida profissional deu um salto porque tive muitas oportunidades, estudei muito. A supervisora ia para dentro da sala e ia observar a aula porque ela participava de um grupo de estudo e dessa experiência. (Adriana Limaverde, entrevista realizada em 24/04/23).

Concomitante a essas atuações, ela trabalhava no antigo Instituto de Previdência do Estado do Ceará (Ipec), que em 2007 passou a se chamar Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (Issec). Local onde dedicava-se a atender crianças surdas, cegas, com Síndrome de Down, paralisia cerebral, dentre outras deficiências, todas numa abordagem voltada à reeducação pedagógica. Visto que nas décadas de 1980 e 1990 se iniciava a discussão sobre a integração do aluno com deficiência nas escolas. No período noturno atendia no Centro de Desenvolvimento Humano Relacional - CDHR, clínica existente em Fortaleza desde 1988, onde atuava como pedagoga num trabalho de reeducação pedagógica com a amiga Isabel Bellaguarda, hoje sócia proprietária do CDHR.

No mesmo período, participou de um dos poucos cursos que abordaram a temática de crianças com deficiências. O referido curso contou com um público de apenas cinco pessoas e foi ministrado pela professora Cleomar Landim. Segundo a biografada, foi um ensaio para os estudos de psicopedagogia, curso ainda não existente em Fortaleza.

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

O curso de psicopedagogia tem no Brasil uma história com mais de 30 anos, surgiu na França no século XIX e só chegou ao nosso país na década de 1970 (Silva, 2019). Contudo a profissão só foi regulamentada em 2023 por meio do projeto de lei 1.675/2023 que define que os profissionais precisam ser graduados para atuar na psicopedagogia. Os graduados em Psicologia ou Pedagogia necessitam possuir título de especialização em psicopedagogia com no mínimo 600 horas.

A biografada relembra que nessa tripla jornada de trabalho, a alfabetização e o interesse pelas crianças com deficiência estavam sempre presentes, o que a levou em 1991 a estudar no primeiro curso de psicopedagogia em Fortaleza ofertado pela Universidade de Fortaleza (Unifor).

Vale ressaltar que além de atuar como professora da rede municipal de Fortaleza, foi convidada pelo secretário de desenvolvimento social para ser chefe de gabinete e ficou nesse trabalho burocrático até 1983, quando se afastou para cursar o mestrado. Trabalhou ainda na secretaria de educação da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), regional II, hoje distrito de educação II, dedicando-se a acompanhar os professores do 1º ano. Em 2006, após concluir o doutorado, assumiu a chefia de departamento e formação de professores onde permaneceu por 4 anos. Em 2010 pediu exoneração da PMF ao passar num concurso para ser professora da UFC. Sobre a sua experiência na PMF relata: “Credito muito da minha vida profissional à prefeitura, muita coisa que eu vivi, mas também a um trabalho individual [...] me abriu muitos horizontes” (Adriana Limaverde, entrevista realizada em 14/08/23).

Na seção seguinte iremos adentrar mais especificamente nessa história de atuação na PMF, a partir da inclusão no Ceará, por meio da trajetória de Adriana Limaverde e a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais.

3.2 Sua história se confunde com a história da inclusão no Ceará

Adriana Limaverde foi convidada em 1993, pela professora Selene PenaForte, para integrar uma equipe de educação especial na Secretaria Municipal de Educação. Nesse mesmo período, participaram juntas da implantação das salas de apoio para as crianças com histórico de multirrepetência que posteriormente deu origem às salas do Atendimento Educacional

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

Especializado (AEE), hoje nomeadas como Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). A partir dessas salas e das experiências anteriores com crianças com deficiências, a biografada começou a observar que a multirrepetência não acontecia apenas por fatores cognitivos, mas estavam relacionadas também às deficiências. Começaram a acolher e dar um atendimento adequado às crianças considerando as necessidades e limitações de cada uma.

Vale salientar, que ainda em 1988, a Constituição Brasileira assegurou o direito de as pessoas com deficiência conviverem com os demais alunos nas escolas regulares como uma política de universalização do acesso ao ensino fundamental. Nessa mesma década alguns marcos legais contribuíram para um olhar mais igualitário para as crianças como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) de 1994, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e o Decreto nº 3.298 de 1999.

Em junho do ano seguinte, especificamente em 1994, da Conferência Mundial de Educação Especial, resultou a Declaração de Salamanca. O documento passa a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva e tem como princípio orientador de que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (Brasil, 2006, p. 330).

E em meio a todas essas mudanças Adriana Limaverde começou a desenvolver seus estudos, constituindo um trabalho pioneiro com crianças com deficiência, que estava aos poucos ganhando repercussão. Valorizava o brincar e o tempo da criança, bem como o estímulo qualificado e profissional (Nascimento; Sousa, 2023). Todavia, ela reconhece que a sua experiência na clínica a ajudou a colaborar com mais afinco no projeto pioneiro de implantação de salas especializadas nas escolas de Fortaleza.

Foi junto com a Selene Penaforte para um encontro em Brasília na cidade de Pirenópolis sobre inclusão. Na oportunidade, a Secretária de Educação Especial à época, Marilene Ribeiro dos Santos, na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso, num encontro para educadores, diante de um auditório lotado, chama as duas para falar aos participantes do evento que vinham das várias regiões do Brasil sobre a experiência que estavam desenvolvendo em Fortaleza com as salas de AEE. A biografada considera que esse momento foi um marco importante para a luta que desenvolviam em prol da educação inclusiva na cidade, visto que galgou visibilidade nacional e emergiram novas oportunidades.

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

Adriana Limaverde também relata outro acontecimento que considera importante, quando assistiram a uma palestra de uma professora americana, chamada Geórgia, sobre inclusão escolar, elas a convidaram para conhecer a realidade das escolas de Fortaleza. A iniciativa estreitou uma parceria entre as três, o que culminou num convite para Adriana Limaverde viajar até *New Hampshire*, na cidade de Durham, para trocar experiências, enriquecendo ainda mais a equipe de inclusão da SME, que já vinha fazendo um trabalho relevante. Naquele período, por volta de 1994, nos Estados Unidos não havia mais salas separadas e a inclusão escolar já era uma realidade.

Um projeto de relevância emergiu dessa parceria, realizado em articulação entre a escola americana *New Market* e a Escola Municipal Aldaci Barbosa, que eram chamadas de escolas irmãs. Elas realizavam trocas de experiências entre os alunos e professores, inclusive, alguns americanos vieram a Fortaleza fazer estágio nas escolas públicas cearenses.

A Constituição de 1988 previa a obrigatoriedade do atendimento educacional especializado preferencialmente nas escolas regulares. Segundo Penaforte (2016), em entrevista ao Caderno Crescer,

Daquela época pra cá, muito se caminhou para trazer clareza sobre esse ‘preferencialmente’, que era esse atendimento complementar, e não a escolarização. Na verdade, a legislação só deixou isso muito claro com a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, em 2008. Ela deixa claro na norma o que é esse atendimento educacional especializado, que ele não substitui a escolarização do aluno na escola comum. (s/p 2016).

Motivada pela lei então vigente, em 1993 a biografada passou a integrar, na Secretaria Municipal de Educação (SME), a primeira equipe de Educação Especial composta também por Selene Penaforte, Rosangela e Lúcia Diógenes. A equipe se reunia semanalmente para estudar cada caso das crianças que atendiam, encaminhadas pelo histórico de multirrepetência, todavia, com dificuldade de aprendizagem ocasionadas por deficiências específicas o que demandava assistência diferenciada e contínua. Na ocasião, houve a implantação de quatro salas de apoio pedagógico nas escolas do município buscando efetivar esse atendimento diferenciado. A esse respeito, o Diário Oficial do município de Fortaleza N° 13.997, 05 de fevereiro de 2009, retoma:

Esta política é norteada, também, pelos pressupostos básicos estabelecidos na Constituição Federal (1988), art. 208 - I e V e pela Lei de Diretrizes e Bases da

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

Educação Nacional - LDB 9.394/96 -, que assegura o Atendimento Educacional Especializado às pessoas em situação de deficiência na rede regular de ensino. Diante dessa política, a Secretaria Municipal de Educação criou 04 (quatro) Salas de Apoio Pedagógico em 1994 com o objetivo de atender aos alunos com dificuldades de aprendizagem e ou deficiências, a fim de possibilitar-lhes o acesso ao ensino regular, de forma inclusiva.

O referido Diário Oficial prevê várias ações como: formação continuada para os professores, laboratórios de informática acessível, transporte escolar adequado às necessidades, adaptação das dependências dos prédios públicos, dentre outras. Após quinze anos da reportagem, algumas ações já estão sendo contempladas, mas, infelizmente, a realidade das salas de apoio qualificadas ainda não foi concretizada em toda a rede municipal de ensino visto que, ainda encontramos escolas que não apresentam estruturas físicas adequadas para as várias deficiências atendidas (Salmito; Freitas; Falcão, 2022).

A Política Nacional de Educação Especial constituiu como um marco e objetiva a inclusão escolar de todos os alunos independente da sua deficiência ou transtorno garantindo o acesso ao ensino regular. A Constituição Federal desse mesmo ano prevê no artigo 205 a educação como direito de todos e no seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Outros documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), reforçaram as políticas públicas para a educação inclusiva.

A partir de 1988 com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e depois de decretos e leis que versavam a favor de educação igualitária para todos, as salas de apoio passaram a ser chamadas Salas de Atendimento Especializado (AEE) e foram sendo ampliadas para quase todas as escolas do município de Fortaleza.

Adriana Limaverde atesta que antes da referida política existiam salas de apoio pedagógico que atendiam crianças com dificuldade de aprendizado, multirrepetência, dentre outras questões, em geral ligadas à aprendizagem. Segundo a biografada, a implantação das salas do AEE ocorreu de duas maneiras, algumas salas foram implantadas com verbas do Ministério da Educação (MEC); outras, a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) readequou salas já existentes para esse fim.

[...] depois da política de 2008 e por decreto determinou-se que as salas de apoio se transformariam em salas de AEE para atender o público determinado na política, e

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

passamos a orientar a esse serviço. Salas financiadas pelo ministério e salas que a prefeitura já tinha e que foram adequadas para tal. (Adriana Limaverde, entrevista realizada em 14/08/23).

Na fala acima, a biografada se refere à “Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008”. A política a que a biografada se refere objetivava dentre outras questões,

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino [...] (Brasil, 2008, p.14).

Importa uma reflexão sobre a efetividade das políticas e dos decretos já citados e referenciados ao longo do texto, isso porque mesmo depois de mais de quinze anos os debates acerca da inclusão escolar ainda se voltam para aspectos que já deveriam ter sido superados, a exemplo das pautas das condições estruturais das escolas, da necessidade de formação para os professores da sala comum e outros fatores que evidenciam que a inclusão escolar ainda está em processo de construção (Mendonça, 2021). De todo modo, atualmente (em 2024), em Fortaleza há sessenta e uma salas padrão MEC e duzentos e quarenta e oito salas do padrão da PMF.

Segundo as implantações das SRM as autoras Duarte, Sousa e Gomes (2019, p. 2), discorrem:

A partir do ano de 2007 as escolas públicas do Brasil, passaram a contar com o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais para que pudessem desenvolver seu Atendimento Educacional Especializado.[...] O “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”, instituído através da Portaria Normativa nº 13 de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007a), integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) [...] cuja intenção é atender os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular. O programa é destinado às escolas das redes estaduais e municipais de educação[...].

O documento “A Educação Inclusiva da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza: um olhar para todos - Orientações para profissionais da educação (2022)” oferece orientações para a organização do trabalho pedagógico na perspectiva da Educação Inclusiva. Consta no documento da SME que em 2013 existiam 70 SRM e em 2022 esse número cresceu para 236

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

salas que atendem aos 17.537 alunos com deficiência matriculados na rede municipal de Fortaleza. O município é a terceira capital do Norte e Nordeste em matrícula na educação inclusiva em dados recentes de 2024 da Coordenadoria de Diversidade e Inclusão (CODIN).

Adriana Limaverde ressalta ainda uma formação ofertada pela UFC, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), com participação de vários professores das universidades do Brasil, que realizavam pesquisa na área da inclusão. Ela atuou inicialmente como supervisora dos tutores na linha de deficiência intelectual, depois passou a ser coordenadora, percorrendo várias cidades do Brasil dando palestras para os professores. Esse curso se transformou em especialização “Formação em atendimento educacional especializado” aplicado a nível nacional formando mais de 6.000 professores de forma presencial e online.

Paralelo ao curso mencionado, produziu, como autora, no ano de 2010, um material nacional na UFC em parceria com o MEC para toda rede pública do Brasil. Ela acrescenta: “acho que o grande marco dessa mudança foi essa formação que aconteceu e esse material que foi produzido acredito que o marco foi a mudança e o investimento na formação”. (Adriana Limaverde, entrevista realizada em 14/08/23). A professora Adriana Limaverde em sua fala ressalta a importância da formação para os professores, e a importância do material nessa perspectiva. A esse respeito, Tardif (2014) complementa, “os saberes de um professor são uma realidade social materializada através de uma formação [...]” (p.16).

Em 1999, Adriana Limaverde fez mestrado em Educação na UFC onde pesquisou sobre os leitores com síndrome de Down. Em 2022 fez o doutorado em educação, também na UFC, onde estudou sobre a produção textual de alunos com e sem síndrome de Down. Atualmente é professora associada III da UFC na Faculdade de Educação, Departamento de Teoria e Prática do Ensino, e ministra as disciplinas de Ensino da Língua Portuguesa e Fundamentos Teóricos e Prática Pedagógica do Ensino da Língua Portuguesa no Ciclo de Alfabetização. É ainda professora permanente do Programa de Pós-graduação em Educação, da linha de pesquisa Linguagem e Práticas Educativas, e orienta dissertações e teses nos eixos de estudos da linguagem: oralidade, leitura e escrita, escola e educação inclusiva. Tem publicações em livros, revistas e artigos científicos em sua maioria na temática da educação inclusiva e alfabetização.

4 Considerações finais

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

A pesquisa biográfica pretendeu apresentar a história da implantação das salas de AEE, hoje SEM a partir da biografia de Adriana Limaverde. Para tanto, utilizou como pano de fundo a vida pessoal, familiar e profissional da professora que protagonizou momentos de grande relevância para a educação pública inclusiva por meio do seu olhar sensível para as crianças com deficiência no município de Fortaleza. Para isso, traçamos como objetivo para a pesquisa biografar a educadora Adriana Leite Limaverde Gomes com ênfase nas suas contribuições para a consolidação da política de educação escolar inclusiva nas escolas públicas de Fortaleza na década de 1990.

Por meio da escrita biográfica, narrada a partir da história oral, constituímos uma pesquisa que valorizou as fontes orais coletadas por intermédio das entrevistas livres que foram gravadas, transcritas e validadas; posteriormente entrecruzadas com fontes documentais, a exemplo de leis e decretos. A história cultural foi o amparo teórico utilizado para desenvolver a pesquisa já que considera como fonte registros variados da ação humana e a atuação social dos indivíduos nos espaços em que atuam.

Como resultado apresentamos o percurso profissional da Adriana Limaverde com foco nas suas contribuições para a melhoria da educação inclusiva no Ceará. Ressaltamos ainda, a importância da criação das salas destinadas ao atendimento das crianças com deficiência, política consolidada em Fortaleza, para a qual a biografada participou de maneira pioneira e ativa, com a implantação desse equipamento nas escolas públicas do município de Fortaleza.

Concluo com uma fala da biografada a respeito do seu trabalho na docência: “no meu percurso profissional fui revendo, experienciando e terminei como comecei sendo professora. E para mim tudo que eu vivi eu trago comigo aqui e ninguém me toma” (Adriana Limaverde, entrevista realizada em 14/08/23). Ressaltando que, independentemente da seriedade deste trabalho científico de valorização da memória e história de uma educadora cearense, uma biografia não pode captar todas as nuances de uma vida em suas diversas dimensões, mas pode colaborar para o registro e a compreensão da história da educação local.

Entendemos, ao concluir a pesquisa, a necessidade da realização de novos estudos biográficos que contemplem o campo temático da inclusão escolar e de seus atores sociais, para

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

que possa ficar registrado historicamente a atuação dessas pessoas, em geral mulheres, em prol de promover novos horizontes investigativos que valorizem a temática aqui abordada.

Referências

ANTÓNIO, A.; MENDES, G. M. L. Demandas e principais desafios da educação especial e inclusiva face aos compromissos da agenda 2030 em Angola. **Educ. Form.**, [S. l.], v. 9, p. e12528, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/12528>. Acesso em: 13 set. 2024.

BARROS, J. D. A. **História cultural e história das idéias**. Cultural History and History of the Ideas: Historical Dialogues, [S.l.], v. 21, p. 259-286, 2005.

BLASZKO, C. E.; PORTILHO, E. M. L. Retrospectiva histórica da psicopedagogia no contexto brasileiro: gênese, documentação e legalização. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara. v. 16, n. 3, p. 2117-2132, jul./set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15415>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Declaração de Salamanca**, Brasília, 1994.

BRASIL. **Documento orientador programa implantação de salas de recursos multifuncionais**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de políticas de educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11037-doc-orientador-multifuncionais-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 16 mai. 24.

BRASIL. **Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, subchefia para assuntos jurídicos Brasília, DF, 07 dez. 1977.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Acesso em: 03 jul. 2024

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva**. Brasília, 2008 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acesso em 03 de jul. 2024. Acesso em: 03 jun. 2024.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. Tradução de Nilo Odalia. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2010.

CARVALHO, S. O. C.; FIALHO, L. M. F.; LIMA, A. M. S. Irmã Maria Montenegro como gestora escolar: da escolarização elitista à educação dos pobres no Ceará (1969-1987). **Acta**

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

Scientiarum Education, v. 43, n. 1, p. e55406, 29 nov. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/55406>. Acesso: 03 de jul.2024.

CEARÁ. **A Educação Inclusiva da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza: um olhar para todos** - Orientações para profissionais da educação (2022) Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Haelapwyf8BUCEvSYVFeasqJ1WKDuO7Y/view> Acesso em: 03 de jul.2024.

CEARÁ. **Diário oficial do município Fortaleza nº 13.997**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília - Janeiro de 2008. Acesso em: 03 de jul.2024.

DUARTE, J. M.; SOUSA, D. B.; GOMES, R. V. B. **Atendimento Educacional Especializado**: estudo sobre o AEE em escola municipal de Fortaleza. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID3480_13082019221846.pdf. Acesso em: 03 de jul.2024.

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. *In*: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Org). **O método (auto) biográfico e a formação**. Natal: UFRN, 2014, p.29-56.

FIALHO, L. M. F.; BRAGA JÚNIOR, V. R. S. Educadora Irmã Maria Montenegro (1923/2008): mulher luz. *In*: FIALHO, L. M. F. et al. (org.). **História, literatura e educação**. Fortaleza: UECE, 2015. p. 109-128.

FIALHO, L. M. F.; BRANDENBURG, C.; HERNÁNDEZ DÍAZ, J. M. Hilda Agnes Hübner Flores: história da educação de uma interiorana descendente de boêmios (1939-1955). **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 30, n. 63, p. 207-222, 29 set. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeba/article/view/10966>. Acesso em: 04 jun. 2024.

FIALHO, L. M. F.; CARVALHO, S. O. C.; NASCIMENTO, L. B. S. Memórias de Maria Helena da Silva: licenciatura em Pedagogia em tempos de ditadura (1966-1970). **Cadernos de Pesquisa**, v. 28, p. 335, 2021. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/14922>. Acesso em: 14 set. 2024.

FIALHO, L. M. F.; CARVALHO, S. O. C.; SANTOS, F. M. B. dos; PEREIRA, A. S. M. Formação profissional da educadora Maria Lília Imbiriba Sousa Colares. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 48, p. 392-415, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9387>. Acesso em: 16 dez. 2021.

FIALHO, L. M. F.; COSTA, M. A. A. da; LEITE, H. de O. Maria Margarete Sampaio de Carvalho Braga: trajetória educativa e formação para a docência (1970-2015). **Momento** -

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

Diálogos em Educação, [S. l.], v. 31, n. 01, p. 203–227, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/13775>. Acesso em: 16 dez. 2021.

FIALHO, L. M. F.; FREIRE, V. C. C. Educação formativa de uma líder política cearense: Maria Luiza Fontenele (1950-1965). **Cadernos de História da Educação**, v. 17, p. 343, 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/43290> Acesso em: 29 abr. 2021.

FIALHO, L. M. F.; LIMA, A. M. S.; QUEIROZ, Z. F. Biografia de Aída Balaio: prestígio social de uma educadora negra. **Educação Unisinos**, v. 23, p. 48-67, 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.231.04>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FIALHO, L. M. F.; QUEIROZ, Z. F. Maria Neli Sobreira: história e memória da educação em Juazeiro do Norte. **Educar em Revista**, v. 34, p. 67-84, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010440602018000400067&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 abr. 2021.

FIALHO, L. M. F.; SA, E. C. V. Educadora Henriqueta Galeno: a biografia de uma literata e feminista (1887- 1964). **História da Educação**, v. 22, p. 169-188, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/75182>. Acesso em: 29 abr. 2021.

FIALHO, L. M. F.; SANTOS, H. F.; FREIRE, V. C. C. Biografia da Professora Raquel Dias Araújo: um olhar sobre a docência universitária e a militância política. **History of Education in Latin America - HistELA**, v. 3, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/20562/12765>. Acesso em: 29 abr. 2021.

FIALHO, L. M. F.; SOUSA, F. G. A.; NASCIMENTO, L. B. S. Biografia da educadora Josete Sales: reflexos da formação de professoras no Ceará. **Roteiro**, v. 45, 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23790> Acesso em: 29 abr. 2021.

FIALHO, L. M. F.; SOUSA, N. M. C.; DIAZ, J. M. H. Rosa Maria Barros Ribeiro: memórias da trajetória formativa para docência. **Revista Cocar**, v. 8, p. 371-387, 2020. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/3083> Acesso em: 29 abr. 2021.

FIALHO, L. M. F.; CARVALHO, S. O. C. História e memória do percurso educativo de Célia Goiana. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 22, p. 137-157, 2017. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/992> Acesso em: 28 abr. 2021.

FIALHO, L.M. F.; CARVALHO, S. O. C.; NASCIMENTO, L. B. S. Memórias de Maria Helena da Silva: licenciatura em Pedagogia em tempos de ditadura (1966-1970). **Cadernos de Pesquisa**, v. 28, p. 335, 2021. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/14922> Acesso em: 28 abr. 2021.

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

FIALHO, L. M. F.; HERNÁNDEZ DÍAZ, J. M. Maria Zelma de Araújo Madeira: memórias de formação e resistências da docente universitária negra. **Revista Diálogo Educacional**, v. 20, p. 775-796, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/26441> Acesso em: 28 abr. 2021.

FIALHO, L.M. F.; SOUSA, F. G. A. de. Irmã Elisabeth Silveira e a educação feminina no Colégio da Imaculada Conceição, Fortaleza-CE. **Revista Diálogo Educacional**, v. 21, p. 191-316, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/27388>. Acesso em: 28 abr. 2021.

OLIVEIRA, A. N. de; SOUSA, F. G. A.; FIALHO, L. M. F. Protagonismo de Ana Carolina Costa Pereira no campo da educação matemática. **Revista Cocar**, v. 15, n. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4912>

GIRÃO, R. **Geografia estética de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1959.

GOMES, R. V. B. e *et al.* **Políticas de inclusão escolar e estratégias pedagógicas no atendimento educacional especializado**. Fortaleza: UFC; Brasília: MC&C, 2016.

LOPES, T. M. R.; SOUSA, F. G. A.; FIALHO, L. M. F. Maria Zuíla e Silva Morais: Pioneirismo e protagonismo na fundação da Apae de Juazeiro. **Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**, v. 9, p. 89-108, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/35197>. Acesso em: 29 abr. 2021.

MENDONÇA, A. A. dos S. A igualdade de Oportunidades dentro da Escola Regular: a inclusão dos alunos com deficiências. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 4, p. e49156, 2021. DOI: 10.47149/pemo.v4.e49156. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/9156>. Acesso em: 14 set. 2024.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2021.

NASCIMENTO, D. A.; SOUSA, N. M. F. R. O brincar na educação infantil inclusiva nas práticas pedagógicas para crianças com deficiência. **Educ. Form.**, [S. l.], v. 8, p. e11284, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/11284>. Acesso em: 14 set. 2024.

NOGUEIRA, A. A. **Maria José Barbosa e sua contribuição para a Educação de Jovens e Adultos no Ceará (1995 A 2015)**. Dissertação de Mestrado, apresentado a Universidade Estadual do Ceará-UECE, Curso de Pós-Graduação em Educação- Mestrado Acadêmico, Fortaleza, 2023

DOI: 10.24024/23579897v33n2a2024p040060

O Povo online / Governo do Estado do Ceará Caderno #3 Crescer/Educação Inclusiva - O Povo. **Selene Penaforte:** Uma escola para todos. 2016. Disponível em: <https://especial.opovo.com.br/educacaoinclusiva/caderno-3-crescer/> Acesso em 16 de mai. 2024. Lucas Mota / lucasmota@opovo.com.br.

ORRÚ, S. E. **O re-inventar da inclusão.** Petrópolis: Vozes, 2017.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta.** Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SALMITO, V. A. D.; FREITAS, R. de O. F.; FALCÃO, G. M. B. O lugar da educação inclusiva na formação continuada: ações no contexto brasileiro. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo, [S. l.], v. 4, p. e49282, 2022.** Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/9282>. Acesso em: 14 set. 2024.

SILVA, Vanderson de Sousa. Psicopedagogia: aspectos históricos e a práxis institucional. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 15, 6 de agosto de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/15/psicopedagogia-aspectos-historicos-e-a-praxis-institucional>. Acesso em: 25 de ago. 2024

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2014.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. **História da profissão docente no Brasil:** representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.